



Vacina para Todos

Fim das demissões e das metas Não à privatização do BB e da Caixa

O Sindicato e o Comando Nacional dos Bancários cobram do Governo Bolsonaro vacina para todos. E os bancários, como serviços essenciais, entre os setores prioritários na vacinação. Exigem dos bancos medidas mais eficazes na prevenção à Covid-19, o fim das demissões e da pressão por metas.

O governo federal bate cabeça, por descaso e incompetência, atrasando o processo nacional de vacinação e ainda impõe o desmonte da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para privatizar os bancos públicos. E para piorar, a Fenaban frustra a categoria em reunião com o Comando da categoria na última quinta-feira (11). Na terça (16) tem nova negociação para tratar do fim das demissões e da Covid 19.

Participe da luta com a gente. É o seu Sindicato defendendo a vida em primeiro lugar, a manutenção dos empregos, inclusive com processos judiciais de reintegrações, e o fim da pressão por metas. Mais detalhes você confere nesta edição.

Essa luta é de todos nós!



Participe da eleição do Sindicato

Apesar da chapa única, é fundamental a participação de toda a categoria no processo de votação, que será por via digital em função da pandemia da Covid-19. A eleição será realizada de 12 a 15 de abril. Você acompanha em nosso site e no Jornal Bancário online todas as etapas e processos do pleito.

A chapa é encabeçada por José Ferreira, da Caixa, tendo como vice, Kátia Branco, do Itaú. Quanto mais unida e participativa, mas forte é a categoria para defender seus direitos. Participe!

Curso de Paternidade Responsável começa nesta terça-feira (16)



A Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato realiza nesta terça e quarta-feira, dias 16 e 17 de março, das 18h30 às 21h, mais uma edição do Curso Paternidade Responsável. Por medida de segurança e prevenção à Covid-19, as aulas serão ministradas através de videoconferência. Os papais bancários ainda podem entrar em contato pelos telefones (21) 2103-4165 ou 2103-4170 ou através do email politicassociais@bancariosrio.org.br para garantir a sua vaga.

A certificação é necessária para que os bancários possam desfrutar do direito à ampliação da licença paternidade para 20 dias, incluído na Convenção Coletiva da categoria (CCT).

ELEIÇÃO DA CIPA

Itaú da Almirante Barroso

Os funcionários da agência Almirante Barroso, 52, do Itaú elegeram os representantes da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Foram eleitos, Renata Cristina Marques 29 votos, Danielle Garcia de Castro 23 votos, Veronica Stellet Teixeira 21 votos. Suplentes da Representação dos Empregados: Alexander Navarro Gonçalves 15 votos, Sérgio Duarte das Neves 12 votos, Adalberto da Silva Pinto 11 votos. Os cipeiros tomam posse no dia 20 de abril. O processo eleitoral foi acompanhado pelo diretor do Sindicato, Nilo Casanova.

Sindicato e entidades conquistam importante canal de diálogo sobre condições de trabalho

Os diretores do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro José Ferreira e Sérgio Amorim, o presidente da Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal (Agecef), que também é dirigente da entidade sindical, Rogério Campanate e o vice-presidente do Sindicato e presidente Associação do Pessoal da Caixa do Rio de Janeiro (Apcef/RJ), Paulo Matileti se reuniram virtualmente com o Superintendente de Rede da Superintendência Capital, além de representantes da Gipes (Gerência de Serviço de Pessoas) e Gilog (Gerência de Logística) no último dia 5 de março (sexta-feira), de uma reunião virtual para tratar de temas relacionados às condições de trabalho. O encontro é avaliado pelo movimento sindical como relevante pois abre um canal de diálogo sobre o tema.

PREVENÇÃO À Covid-19

O sindicalistas cobraram respostas para as questões abordadas no encontro do último dia 18 de fevereiro, como a implementação de ações que reforçassem as orientações de prevenção à Covid-19; a verificação das condições das agências Avenida Chile e Largo da Carioca, no Centro (que estão dividindo o mesmo espaço); a criação de um Fórum Regional de Condições de Trabalho com reuniões periódicas e a melhoria dos protocolos, especialmente o de higienização das unidades em razão do agravamento da pandemia e do fato do Rio de Janeiro ser a cidade com maior número de mortes no país.

“Fomos informados acerca da realização de videoconferências da Superintendência com os Gerentes Gerais, tendo a participação da GIPES no reforço às orientações de prevenção à Covid-19. Esta informação foi confirmada com empregados da base, no entanto houve um entendimento de algumas pessoas de que no referido vídeo havia ficado claro que a responsabilidade sobre qualquer ‘problema’, inclusive com o Sindicato, seria do gestor da unidade”, explica Campanate. No entanto, o Superintendente da Capital, com o testemunho do representante da GIPES, esclareceu tratar-se de um mal-entendido, pois o objetivo da reunião era “reforçar a responsabilidade do acompanhamento, por parte do gestor da unidade e do cumprimento dos protocolos estipulados pela empresa”. Dessa forma ficou claro que o gestor da unidade não será responsabilizado por não suprir as deficiências desse protocolo.



A VIDA EM PRIMEIRO LUGAR - Melhores condições de trabalho e ações mais eficientes de prevenção à Covid-19 estão entre as reivindicações dos empregados da Caixa levadas pelas entidades representativas dos trabalhadores para as superintendências

SEPARAÇÃO DE UNIDADES

Com relação à situação das agências Avenida Chile e Largo da Carioca, a previsão de término das obras que possibilitariam a separação das duas unidades foi adiada.

“Além dos prejuízos psicológicos e emocionais, a agência agora precisa lidar com a perda da vaga de um empregado que foi vítima fatal da Covid-19. Enquanto Pedro Guimarães, presidente da Caixa, divulga aos quatro cantos que está contratando, a Matriz não repõe as vagas deixadas pelas mortes causadas pela pandemia”, acrescenta o sindicalista, lembrando que a redução de bancários aumenta a sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções na empresa.

Na avaliação dos sindicalistas, a grande conquista dessa reunião foi a concordância dos representantes da Caixa em instituir o Fórum Regional de Condições de Trabalho no Rio de Janeiro. Este Fórum será composto pelas Superintendências de Rede, Gipes, Gilog, Sindicato, Agecef e Apcef, e tratará de situações que não foram passíveis de soluções pontuais quando demandadas pelas entidades representativas dos empregados.

“O Fórum terá reuniões mensais e estamos aguardando o agendamento da primeira reunião. A princípio teremos um Fórum para as SRs Capital e Metropolitana, um para a SR Norte Fluminense e outro para a SR Sul Fluminense”, explica o diretor do Sindicato José Ferreira.

PREVENÇÃO COMPROMETIDA

As ações da direção da Caixa são insuficientes no combate à Covid-19

e agravam as condições de trabalho, segundo os representantes dos empregados.

“Embora recentemente tenham solicitado informações para instalação de barreiras de acrílico para os funcionários das unidades, quase tudo o que depende da direção da empresa emperra. Essa direção insiste em ignorar o agravamento da pandemia e mantém os protocolos que estipulou unilateralmente no dia 1º de julho de 2020, mesmo com o cenário completamente alterado”, disse o presidente da Apcef e vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti. O sindicalista destaca ainda que o banco “recusa-se também a melhorar o processo de higienização realizado nas unidades com casos confirmados, mantendo o modelo atual que não possui credibilidade juntos aos empregados”.

“Não adianta o presidente do banco Pedro Guimarães dizer que as pessoas estão em primeiro lugar, porque os atos da direção da empresa falam muito mais alto e apontam no sentido oposto” acrescenta Matileti.

PRESSÃO POR METAS

Outro problema apontado pelos empregados é a pressão por metas, que tem adoecido os bancários.

“As denúncias de assédio moral só aumentam. Percebemos que o problema se concentra em algumas SEVs (Superintendências Executiva de Varejos), o que também foi abordado com o Superintendente da Capital. É importantíssimo que os trabalhadores que sofrem qualquer tipo de assédio entrem em contato com o Sindicato, ainda mais com a constituição do Fórum Regional de Condições de Trabalho, que nos abre mais um caminho de atuação na defesa dos direitos dos empregados”, completa Campanate.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – Sede – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – Sede Campestre - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – Secretaria de Imprensa (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - Editor e Redator: Carlos Vasconcellos - MTB 21335/RJ - Diagramador: Marco Scalzo - Fotos: Nando Neves
- Ilustração: Mariano - Secretário de Imprensa: Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173
- Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0

Sindicato conquista chuva de reintegrações no Bradesco

A crueldade dos bancos não tem limites. É o caso do Bradesco que demite em massa trabalhadores em plena explosão dos casos de Covid-19 no Brasil. Mas o Departamento Jurídico do Sindicato tem trabalhado dobrado para garantir os empregos dos bancários e bancárias e conseguiu mais uma leva de reintegrações na Justiça do Trabalho.

Flávia Castro Assafim é mais uma funcionária do segundo maior banco privado do país que teve seu vínculo empregatício garantido, por decisão da juíza da 7ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, Gláucia Alves Gomes. A magistrada atendeu ao pedido da advogada do Sindicato, Rafael do Vale. Como nos demais casos, o não cumprimento pelo banco do acordo feito com a categoria de não demitir durante a pandemia e o agravamento da crise sanitária no país foram levados em consideração pela magistrada.

Joair Domingos Alves, da agência Gávea, também conquistou seu emprego de volta. Com 42 anos de trabalho dedicado ao Bradesco, o funcionário foi demitido em outubro de 2020 e reintegrado no dia 15 de março deste ano. O juiz substituto Paulo Cesar Moreira Santos Júnior, da 69ª Vara do Trabalho, atendeu à antecipação de tutela feita pelo advogado do



JUNTO COM A CATEGORIA - Flávia Castro Assafim (ao lado do diretor do Sindicato Leuver Ludolff) e Joair Domingos Alves, do Bradesco (entre os dirigentes sindicais Arlensen Tadeu e Sérgio Menezes), comemoram a reintegração conseguida pelo Sindicato

Sindicato, Rafael do Vale Cruz.

NEM BANCÁRIA DOENTE ESCAPA

A bancária Rita de Cássia da Silva, do Bradesco, reintegrada por decisão da desembargadora Carina Rodrigues Bicalho, anulando a decisão em primeira instância da 3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro que havia sido desfavorável à trabalhadora, foi diagnosticada com câncer de mama, conforme comprovado em laudo médico. Além da postura cruel de dispensar uma funcionária com uma doença grave, o Bradesco descumpriu o acordo feito com a categoria

de não demitir durante a pandemia da Covid-19, argumento que tem resultado em seguidas vitórias judiciais em favor dos bancários.

A primeira beneficiada foi Cláudia Regina Salles Pereira, que conseguiu a antecipação de tutela pela anulação da dispensa solicitada pela advogada do Sindicato, Natália Miranda. A decisão, além de restabelecer o emprego, garante todos os direitos trabalhistas e ganhos salariais para a bancária, bem como o plano de saúde. O outro reintegrado do Bradesco é Robson Fazzolato Barbosa que teve a liminar solicitada pelo



advogado do Sindicato, Marcelo Luís Pacheco Coutinho atendida pelo desembargador Ângelo Galvão Zamorano, determinando a reintegração imediata do empregado, bem como a garantia de todos os direitos trabalhistas.

“É muito gratificante num trabalho exaustivo ver o retorno destes bancários e bancárias ao trabalho e derrotar na Justiça os bancos, o setor mais lucrativo do país, que não têm nenhuma justificativa para dispensar trabalhadores, ainda mais numa pandemia que se agrava no Brasil”, disse a diretora do Departamento Jurídico do Sindicato, Cleyde Magno.

Justiça do Trabalho ainda não retomou as suas atividades de forma plena

Em 2021 completa um ano de pandemia e de interrupção das atividades presenciais da Justiça do Trabalho. Neste período, as atividades foram realizadas, unicamente, de forma remota. As teleaudiências viraram uma realidade. Os processos ajuizados após 2013 tiveram o andamento regular, visto que tramitam na plataforma eletrônica do Tribunal. São processos virtuais formados por petições eletrônicas e arquivos em formato “PDF”. Os processos anteriores a 2013 estão paralisados desde a suspensão das atividades presenciais. Esses processos são físicos, formados por petições impressas em papel e cópias de documentos relativos aos contratos de trabalho.



Processos anteriores a 2013 estão paralisados desde a suspensão das atividades presenciais. Advogados negociam com Tribunal do Trabalho uma forma de digitalização para dar andamento aos processos

“As ações coletivas ajuizadas em face da Rio Previdência postulando a anulação da notificação encaminhada aos bancários e indenização por danos morais, contra a Caixa Econômica Federal pleiteando a de-

claração da jornada de seis horas e a condenação ao pagamento da sétima e oitava horas são exemplos de processos ajuizados pelo Sindicato dos Bancários do Rio que estão com a tramitação suspensa por se trata-

rem de processos físicos”, explica o advogado do Sindicato, Márcio Cordero.

DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

A advocacia trabalhista há seis meses negocia com o Tribunal do Trabalho uma forma de digitalização dos processos físicos com o fim de permitir o prosseguimento das ações.

“Os trabalhadores são os maiores prejudicados com a suspensão do andamento dos processos físicos”, acrescenta Márcio.

O Sindicato espera em breve trazer novas notícias a respeito do restabelecimento da tramitação dos processos físicos.

Sindicatos reivindicam inclusão dos bancários no Plano Nacional de Imunização

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), atendendo aos pedidos dos sindicatos da categoria em todo o país, solicitou ao Ministério da Saúde a inclusão da categoria bancária no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19. A iniciativa havia sido definida no planejamento do Coletivo de Saúde Contraf-CUT. Com a pressão dos bancários, a medida ganhou apoio da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), na última reunião, realizada na semana passada, que se comprometeu a reforçar o pedido. “Desde o início desta pandemia o setor bancário tem sido considerado essencial e os bancos não pararam de funcionar.



Isto significa que a nossa categoria é uma das que corre mais risco de contaminação. Nada mais justo do que incluir todos os bancários e bancárias entre as prioridades na vacinação”, avalia o diretor da Secretaria de Saúde do Sindicato do Rio, Gilberto Leal.

AGLOMERAÇÕES NOS BANCOS

O texto do ofício da Contraf-CUT explica que a tipificação da categoria bancária dentre aquelas consideradas essenciais e prioritárias deve se estender ao Plano Nacional de Imunização (PNI)

contra a Covid-19. “Não raras são as situações em que contingentes de clientes, usuários dos serviços bancários e beneficiários das políticas públicas buscam atendimento nas agências bancárias e propiciam aglomerações, como demonstrado nas imagens anexas a este ofício”, destaca o documento.

Os bancários reivindicam ainda o escalonamento de horários de atendimento ao público, o que levará à redução das aglomerações nas agências bancárias, levando em conta, ainda, a necessidade de regramento do atendimento com distanciamento social e disponibilização de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores.

COMANDO NACIONAL

Fenaban frustra bancários em reunião sobre demissões, prevenção à Covid-19 e metas

Nesta terça-feira (16), Comando Nacional tem nova negociação sobre prevenção à Covid-19 e demissões

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) decepcionou a categoria bancária na reunião online realizada na quinta-feira, dia 11 de março, com o Comando Nacional. Os sindicatos cobraram respostas para as demandas que foram debatidas na negociação da semana passada, como a suspensão das demissões; a redução do horário de atendimento e o fim da cobrança de metas neste período de pandemia.

Em relação à reivindicação dos sindicatos pelo fim das demissões ficou agendada uma nova negociação na próxima terça-feira, dia 16 de março.

RIGOR NOS PROTOCOLOS

Os bancários querem ainda mais rigor nos protocolos de proteção com o fornecimento de álcool gel, colocação de bases de acrílico, fornecimento de máscaras certificadas, limpeza e desinfecção das unidades; o afastamento do bancário ou bancária em caso de sus-



EM DEFESA DA CATEGORIA
- Adriana Nalesso criticou a demora dos bancos em responder sobre a necessidade de intensificação das ações de prevenção à Covid-19, o fim das metas e das demissões

peita de contaminação; o controle e triagem no acesso às agências; a organização de filas externas pelos vigilantes e outras medidas que haviam avançado no início da pandemia, mas que agora os bancos têm

criado mais dificuldade na implementação das ações de prevenção e nas negociações.

“Esperávamos uma resposta mais imediata. Estamos no pior momento da pandemia, com mais de 2.300 mortos em 24 horas e podendo chegar a 3.000, de acordo com especialistas”, desabafa a presidenta do Sindicato do Rio Adriana Nalesso, que, além de criticar a postura dos bancos, responsabilizou o Governo Bolsonaro pela crise sanitária e mortes no país.

DESCASO DO GOVERNO

Adriana criticou também a falta de uma coordenação nacional por parte do Palácio do Planalto na prevenção e no combate ao coronavírus, inclusive a demora no processo de vacinação.

“Tudo isso que, infelizmente, estamos vivendo é fruto do descaso e do negacionismo do governo federal que não se organizou para compra das vacinas”, acrescenta Adriana, que defendeu a inclusão

da categoria entre os as essenciais para a vacinação.

“É preciso também que a categoria bancária seja enquadrada na lista dos trabalhadores essenciais para vacinação. É lamentável, mas os bancos não pararam nenhum dia. Os bancários estão na linha de frente do atendimento e muitos foram contaminados. Os bancos foram enquadrados como essenciais e não estamos na lista divulgada pelo governo federal”, critica.

O Comando Nacional cobrou dos bancos e encaminhou carta ao Governo Federal solicitando a inclusão da categoria bancária, como parte dos serviços essenciais, entre as prioritárias para a vacinação.

“A negociação terminou com um sentimento de frustração. Esperávamos mais agilidade nas respostas e ações dos bancos. Medidas preventivas salvam vidas e não vamos desistir de defender nossa categoria, especialmente num momento tão delicado do país”, conclui Adriana.